

FLORESTA E MDL

Roberto Rodrigues

A questão ambiental entrou definitivamente na agenda do comércio mundial agrícola. Consumidores de todos os países se preocupam crescentemente com o aquecimento global, com emissões de CO₂, com a camada de ozônio, etc. Mas também enxergam os problemas do desmatamento, da erosão do solo, da sustentabilidade produtiva. Com ou sem o viés ideológico, com ou sem a adequada informação, o fato real é que alimentos ou fibras ou biocombustíveis produzidos sem uma visão preservacionista, tendem a perder mercado. E não há crescimento demográfico ou correspondente aumento da demanda de produtos agrícolas que supere a vontade universal de cuidar do meio ambiente para garantir o bem estar de gerações futuras. E da nossa também!

Neste cenário vasto, há um tema bastante polêmico no Brasil, que diz respeito às florestas plantadas.

A discussão sobre a lei florestal se arrasta há anos dentro do Congresso Nacional, sem uma definição objetiva. As pressões de ambientalistas de um lado e de agricultores do outro inibem um consenso sobre o tema, de modo que uma MP antiga e desatualizada vai dando as regras para o setor. Não se chega a um acordo sobre a porcentagem da Reserva Legal, que seria diferente para cada região do país. Pior: não se resolve de uma vez por todas uma questão óbvia, que é a aceitação da Área de Preservação Permanente (vizinha a rios, nascentes, lagos, encostas, etc) como integrante da Reserva Legal.

Discute-se também a transposição de Reserva Legal para áreas menos próprias para agropecuária, inclusive em outras regiões, e não apenas na mesma micro bacia.

Outro ponto de discussão é qual o órgão público que cuida da implementação e fiscalização das florestas plantadas. O Ministério do Meio-Ambiente, como é hoje, ou o da Agricultura, como querem os produtores? A discussão é conceitual. Se floresta plantada tem objetivo econômico, é uma atividade agrícola produtiva como qualquer outra e, portanto, sua política deve ser conduzida por quem cuida de café, alface ou frango.

Se, por outro lado, é uma atividade preservacionista, deve ficar com o Meio-Ambiente.

E como fica a exploração racional das florestas? Na Europa e em vários outros países desenvolvidos, florestas plantadas têm um manejo estruturado: para cada árvore cortada nas florestas plantadas das fazendas suecas, o agricultor planta outra. E ninguém precisa obrigar: é uma atividade agrícola como outra qualquer, de modo que a renovação da mata é necessária para a renda! E aqui? Uma vez plantada, a floresta nativa permanente fica intocada. Não é racional: pode-se produzir na floresta muito alimento – como palmito, frutas – e muitas

plantas aromáticas e medicinais, cuja exploração tem que ser regulamentada, assim como a própria exploração da madeira.

Por último, resta a questão dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e dos Créditos de Carbono. A BM&F está trabalhando com afinco na regulamentação deste ponto. Mas é muito importante que seja regulamentada de uma vez por todas a questão florestal. Além do ponto de vista da ecologia, há muita economia embutida nesta matéria. É o necessário eco-eco (ecologia com economia).

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**